

Ética e felicidade

Roberto Patrus Mundim Pena*

Resumo

As duas palavras-chave deste ensaio são os dois substantivos que compõem o seu título: ética e felicidade. Esses termos se conectam pelo fato de que a felicidade é a finalidade da ética. A partir das duas dimensões da ética, a individual e a social, procurou-se caracterizar o processo de deslocamento do foco ético do âmbito dos costumes sociais para o âmbito do sujeito, o que configurou a crise moral dos tempos atuais. Como alternativa para evitar a relativização da ética, recorre-se a uma ética de fundamento humanista, com base em pressupostos da antropologia filosófica e da psicologia. O desenvolvimento da consciência de si e os níveis de moralidade são os construtos utilizados para pensar a ética com foco no sujeito. Como a felicidade só se realiza na pessoa, a forma como a pessoa constrói o seu modelo de realidade e lida com o mistério da vida determina a sua capacidade de ser feliz, mesmo sem a certeza de que seu conhecimento seja a exata representação da realidade.

Palavras-chave: Ética; Felicidade.

A felicidade é a finalidade da ética, como disse Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. Tratar de ética só tem sentido se for para permitir ao ser humano uma vida feliz. Uma vida baseada na ética significa que a pessoa escolheu valores, hierarquizou-os de acordo com sua filosofia de vida e compreensão do mundo e de si mesmo. Cada ação, cada escolha deve ser integrada a esse conjunto de valores. Fazer do jeito escolhido tem valor e promove a integração de cada conduta com sua idéia de como a vida deve ser. Falar de ética seria, de certa forma, tratar da possibilidade de uma vida feliz. Com essa perspectiva de raciocínio, construí uma hipótese de trabalho que serviu de fio condutor para tratar a relação entre ética e felicidade. Tal hipótese poderia ser assim formulada: para ser feliz, finalidade da reflexão ética, o ser humano deve conhecer e aceitar a verdade. Tal proposição introduz, portanto, uma

* Professor do Departamento de Economia da PUC Minas.

terceira palavra-chave, fundamental para o desenvolvimento do nosso raciocínio: a verdade.

Depois de definir ética, felicidade e verdade, problematizamos aqui a questão da verdade como caminho para a felicidade e a conseqüente crise diante da dificuldade de conhecimento da realidade de forma totalmente objetiva. A crise moral, desencadeada a partir da modernidade, exige que a ética busque uma fundamentação humanista ancorada em pressupostos antropológicos e psicológicos. Essa reflexão nos levará à noção de desenvolvimento da consciência, condição para o aperfeiçoamento da apreensão da realidade como ela é, isto é, de forma verdadeira. Encerramos com algumas conclusões e considerações finais.

Definições

Iniciemos, pois, pela conceituação de ética, felicidade e verdade. A ética é uma reflexão filosófica que tem dois objetos: os costumes (também chamado de *mores* ou moral) e as condutas. Como tal, investiga a razão de ser dos costumes ou de uma conduta em determinado contexto social. Em outras palavras, a ética é a reflexão sobre o que convém. Se o seu objeto é social, investiga a conveniência do costume para a vida em sociedade. Se o seu objeto é a conduta, investiga a conveniência da conduta para a felicidade da pessoa. Observam-se, assim, as duas dimensões complementares da ética: a social e a individual.

Em sua dimensão social, a ética tem como objeto o costume ou moral. Tradicionalmente diz-se, nos livros clássicos, que a ética é a ciência da moral. Nessa perspectiva, ocupa-se de estudar a razão de ser dos costumes sociais em uma determinada sociedade. Como exemplo, a ética poderia estudar o costume da virgindade na sociedade brasileira do início do século XX. Uma investigação dessa natureza trataria da importância social da virgindade como recurso para evitar a gravidez de mulheres solteiras, num contexto em que as mulheres ainda não tinham a independência financeira de hoje e muito antes da descoberta da pílula anticoncepcional. É papel da ética, nesse caso, investigar o porquê da conveniência ou inconveniência desse padrão de comportamento social e debater os argumentos de cada parte.

Em relação à dimensão individual da ética, que tem a conduta como objeto, seu propósito é refletir sobre a razão de ser de uma conduta considerada boa para o sujeito da ação em detrimento de outra. Quando uma pessoa

decide assistir a uma palestra, ela pode fazer uma reflexão ética sobre essa decisão. Cabe-lhe investigar a razão de ser da escolha de ir ao auditório em detrimento de fazer outra coisa. Ao pensar sobre isso, a pessoa vai refletir sobre os valores que a levaram a escolher essa conduta em detrimento de outras. Os valores representam aquilo que vale para a pessoa, aquilo que para ela faz sentido. A reflexão ética permite confrontar os valores em prol de uma ou de outra conduta e verificar se os argumentos estão bem organizados logicamente, se promovem o bem do sujeito e se afetam o interesse social.

Os costumes de um grupo influenciam o comportamento dos indivíduos que o compõem. Por outro lado, os costumes só existem porque representam a padronização do comportamento dominante dos indivíduos que compõem o grupo. Hábitos (individuais) e costumes (sociais) se relacionam, pois, reciprocamente. Um indivíduo, ao refletir sobre a sua conduta, deve levar em conta os costumes do grupo a que pertence, sob pena de agir ingenuamente se desconsiderar os impactos de sua ação sobre os costumes e a reação dos outros sobre si mesmo.

Felicidade, por sua vez, é um conceito de difícil definição. Não pode ser confundida com prazer, porque abrange atividades que em si podem não ser agradáveis, mas que fazem sentido. Grosso modo, podemos definir a felicidade com uma sensação contínua da pessoa de que a sua vida tem e faz sentido. A pessoa feliz percebe, em seu cotidiano, que os seus atos se integram a uma filosofia de vida, a um sentido que a faz sentir-se íntegra e integrada. As ações de uma pessoa feliz coincidem de forma orgânica com o que pensa da vida.

Vista desse modo, a felicidade tem um caráter absolutamente particular. Depende do sentido que a pessoa atribui a seu viver. É feliz aquele que vive de acordo com o sentido que escolheu; infeliz aquele que vive em desacordo com o sentido e aquele que não vê sentido em viver.

Apresentadas as definições de ética e de felicidade, resta definir o conceito de verdade. Classicamente, podemos conceituá-la como a adequação entre a idéia que se tem da realidade e o que a realidade é. Essa concepção de verdade como *adequatio* me parece correta e insubstituível. Entretanto, não se pode confundir o conceito de verdade com a possibilidade de alcançá-la. Será possível conhecer a verdade justamente como ela é? Como ter certeza de que o nosso conhecimento (idéia) representa o objeto (real) de forma correta e correspondente? Como saber se o que o ser humano teoriza como a realidade o seja de fato?

Problematizando a possibilidade de alcance da verdade

A dúvida quanto à possibilidade de conhecimento da verdade, de verificação da adequação entre idéia e realidade, levou alguns pensadores a proporem que a verdade é construída socialmente. A realidade não existiria em si, seria apenas uma construção histórica do ser humano, que, uma vez objetiva e institucionalizada, seria tida como verdadeira. As verdades seriam então relativas, dependentes do sujeito constituído historicamente. Tal subjetivação do conceito de verdade leva à possibilidade de que “verdades” diferentes sobre o mesmo objeto coexistam. Ora, se há concepções diferentes sobre a mesma realidade, é de se supor que uma das duas ou as duas estejam erradas. Talvez ambas estejam vendo uma parte da realidade.

Considerando que a realidade existe independentemente de o ser humano existir ou mesmo compreendê-la, refutamos tal abordagem, que parece dizer respeito mais à construção das idéias sobre a realidade do que ao conceito de verdade. Pensemos de forma simbólica. A verdade (v) é a adequação entre a idéia da realidade (i) e a realidade em si (r). Se a realidade (r) é una, não é possível que diferentes concepções da realidade (i_1, i_2, i_3, i_n) sejam todas verdadeiras.

De acordo com a abordagem fenomenológica, há três possibilidades para o conhecimento: ele pode ser a expressão da verdade, pode não ser a expressão da verdade e pode ser um caminho para a verdade. Embora o modelo construído acerca da realidade possa coincidir com a realidade (e aí estaríamos diante da verdade), não é possível ter certeza dessa correspondência. Da realidade conhecemos apenas o modo como ela aparece à nossa consciência, nunca a conhecemos em si. Conhecemos apenas o fenômeno, ou seja, aquilo que aparece à nossa consciência.

Ora, se não podemos conhecer a realidade como ela é em si, pois só conhecemos como ela chega até nosso aparato cognitivo, como fenômeno, a obtenção da verdade se torna impossível. Se a verdade corresponde à adequação entre a idéia e o real, mas o real é uma incógnita, logo a verdade também será uma incógnita. Se outro termo da equação da verdade não pode ser conhecido, fica impossível descobrir o que é a verdade. Tal constatação leva a considerar que todo modelo teórico, incluindo os científicos, deve ser aberto a seu próprio aprimoramento. Um modelo tido como a exata revelação do real fecha-se em si mesmo e torna-se autoritário e avesso às novidades que insistem em aperfeiçoar ou revolucionar as teorias científicas. Está aí a origem do fundamentalismo, posição teórica que faz das suas proposições básicas dogmas irrefutáveis, o que invalidaria e desqualificaria proposições divergentes.

A descoberta da fenomenologia – de que só conhecemos o fenômeno, nunca o real – abalou a certeza medieval na fundamentação absoluta, metafísica, no ser. O que conhecemos da realidade é apenas a forma como a captamos. Essa perspectiva trouxe o sujeito para o centro do conhecimento. Não mais o sujeito girava em torno do objeto, realidade absoluta, mas agora é o objeto que gira em torno do sujeito. Tal revolução copernicana do conhecimento, assim denominada por Kant, preparou o desenvolvimento do estudo sobre as categorias subjetivas que permitem o conhecimento, desde as categorias (universais) *a priori* do entendimento e da sensibilidade (Kant) até as categorias (particulares) da personalidade, como a percepção, a inteligência, a consciência e a consciência moral.

A partir da revolução copernicana do conhecimento, o sujeito passa a ser o centro de todo processo epistemológico. A certeza do objeto torna-se inatingível, uma vez que ele só é percebido por um sujeito que apreende essa realidade por meio de suas categorias cognitivas. Toda consciência é sempre consciência de alguma coisa, isto é, é sempre intencional. A intencionalidade da consciência leva a pensar a relação entre sujeito e objeto de forma dialética, pois um não existe sem o outro. Todo objeto o é para uma consciência e toda consciência é consciência de alguma coisa.

Do ponto de vista kantiano, seria possível tratar a ética com universalidade, pois as categorias do sujeito são universais e *a priori*. Entretanto, ao colocar o sujeito como centro do processo do conhecimento, a personalização da ética, por meio da valorização da liberdade e da autonomia, foi inevitável. O tratamento da ética deixa de ser absoluto, objetivo, calcado na certeza dos costumes socialmente instituídos, para ser dependente do sujeito, *locus* da consciência. Tal personalização da ética é acompanhada da perda da referência moral (baseada nos costumes) como indicador do que é correto. Não mais o costume determina o que é certo para a pessoa. O certo passa a depender do seu juízo, da sua avaliação racional, da sua consciência.

Quer dizer então que a ética é absolutamente relativa? Cada pessoa pensa no que é certo para ela, e, se agir assim, tudo bem? Sim e não. Para tratar a ética com objetividade, é preciso determinar alguns parâmetros universais, mas que devem garantir o exercício da liberdade de cada pessoa de agir de acordo com os seus valores. Como vivemos em sociedade, e dependemos dessa convivência, a ética não pode ser totalmente subjetiva. Para evitar cair no subjetivismo, a ética procurou amparar-se em dois fundamentos: o antropológico e o psicológico. Do ponto de vista antropológico, partindo da premissa de

que a razão de ser da ética é o ser humano, investiga-se qual a finalidade e a essência do ser humano, cuja meta é ser feliz. Supõe-se que, se o ser humano realizar a sua humanidade, a ética estaria atendida. Veremos que a dimensão fundamental do ser humano é a consciência, o que leva à conclusão de que o desenvolvimento da consciência é fundamental para a realização do ser humano. Do ponto de vista psicológico, parte-se da concepção de moralidade para compreender o grau de autonomia e liberdade exercida pelo sujeito em suas condutas. Vamos tratar primeiramente da saída antropológica para a crise ética e, em seguida, da saída psicológica.

A saída antropológica para a crise ética

Do ponto de vista antropológico, aceitamos a proposição de que a consciência de si é o que distingue o ser humano dos outros animais, por permitir-lhe ver-se a si mesmo. Entendemos então a consciência como reflexiva, ou consciência de si, aquela que se dobra sobre si mesma e permite ao ser humano ser espectador da própria ação, ter uma dimensão de interioridade.

A consciência é o atributo que nos faz humanos. Ao contrário dos animais, o ser humano pode refletir sobre a sua ação no mundo e a ter comportamentos diferentes daqueles para os quais fora condicionado. A consciência também permite ao ser humano negar os seus impulsos e instintos e criar um mundo diferente da natureza, a cultura. Parafraseando Camus, o ser humano é o único capaz de cometer suicídio, isto é, agir contra o seu instinto de sobrevivência.

Em resumo, o ser humano é diferente dos animais porque é capaz de refletir, de pensar, de ter consciência de si. Se tal afirmação é correta, somos obrigados a concordar que uma criança que acaba de nascer ainda não é humana, pois não é capaz de pensar, de ter consciência de si. Surge então a importância da ética e sua imediata relação com a educação. A criança que acaba de nascer precisa ser humanizada. Sem isso, toda potencialidade humana não será atualizada, como no caso dos meninos-lobo. Para tornar-se humano, desenvolver a sua consciência, o ser humano precisa ser educado, precisa relacionar-se socialmente e receber os estímulos necessários para o desenvolvimento neurológico da sua capacidade cerebral de ter consciência de si. Sem a cultura, o ser humano não se faz humano. À medida que se desenvolve, o ser humano se diferencia do mundo, com o qual estabelece uma relação cada vez mais objetiva, isto é, vai sendo capaz de se perceber como sujeito e ver o mundo como algo diferente dele, como objeto, para si.

O desenvolvimento da consciência pode ser representado por círculos, como na figura abaixo. Na primeira fase, a criança é incapaz de se ver, seu círculo é sobreposto ao círculo-origem (momento A), geralmente representado pelo símbolo “mãe”. Essa fase pode ser identificada no período intra-uterino e também no que antecede os nove meses de idade, quando o bebê vive a fusão total com o mundo, incapaz de estabelecer com ele alguma relação objetal. No momento B, a criança já é capaz de se ver parcialmente, em algumas circunstâncias, embora em outras se confunda com a matriz original. A área de interseção entre os dois círculos diminui gradativamente dos nove meses até a idade de seis anos, quando a criança adquire a faculdade de pensar reflexivamente sobre o concreto. Nesse momento C, a criança é capaz de ver a si mesma, separada do outro. Ela reconhece que é um ser diferenciado do mundo. É capaz de raciocinar, de constatar que seu eu é diferente de tudo o que não é ela. Tal constatação, ao mesmo tempo em que a faz sentir-se só no mundo, pois é separada dos outros, prepara-lhe a construção da liberdade de fazer da sua vida o que quiser, primeiro em termos práticos (dos seis anos até o início da adolescência, em torno de 12 anos), com sentido de utilidade e, depois, em termos ideais, abstratos, com sentido de construção da própria história e da formação da própria filosofia de vida (do início da adolescência até os 18 anos). Com o desenvolvimento da consciência reflexiva em níveis cada vez mais abstratos (momento D), o ser humano torna-se capaz de perceber que, embora só e separado do outro, ele faz parte de uma comunidade e depende dos outros (entre 18 e 30 anos), com perspectiva humanística (entre 30 e 60 anos) e, finalmente, com perspectiva cósmica, quando é capaz de transcender a consciência para o nível do absoluto (acima de 60 anos) (BRASIL, 2002).

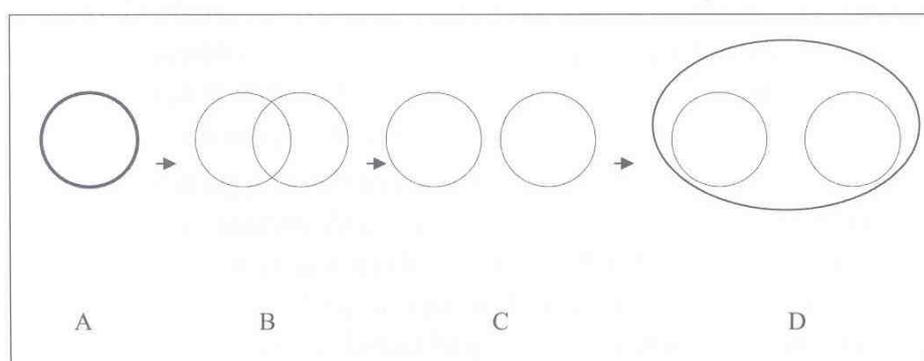


FIGURA 1 – O desenvolvimento da consciência: da fusão total em que um círculo se sobrepõe a outro (A) à consciência de que o ser humano é separado dos outros e pertencente a uma totalidade (D).

A consciência de si configura-se, assim, em valor fundamental para a reflexão ética, que lança luz sobre a crise decorrente da perda do referencial ético universal. Se a ética não encontra na cultura (nos costumes) o referencial do certo ou errado, podemos falar em crise moral. A crise moral move o foco da ética da sociedade para o sujeito da ação. O tratamento do sujeito como o centro da ética pode ser feito de forma particularizante ou universal. Consideramos necessário tratar a subjetividade com algum grau de universalidade. Por isso, a afirmação da consciência reflexiva como atributo fundamental da humanidade do ser se faz importante. Já afirmamos que a ética tem como propósito a felicidade do ser humano. E o ser humano só é humano se é consciente de si. A realização do ser humano exige, assim, a sua humanização, que se configura como valor fundamental, universal e norteador da reflexão e da ação ética. Nessa perspectiva, toda ação que promove a consciência do ser humano, a sua capacidade de refletir, será boa e correta. A ação que aliena o ser humano, que impede ou prejudica a sua capacidade de ter consciência de si é considerada não-ética e incorreta. Essa referência está na base da afirmação e valorização dos direitos humanos.

A consciência de si permite ao ser humano ver-se a si mesmo. Tal capacidade implica, necessariamente, a percepção de que o outro é outro. Denota-se aí a dimensão do limite. Sujeito e objeto estão separados. Tratar o outro como outro e não como extensão de si mesmo é compreender a noção do limite que os separa. O limite pode ser pensado em três dimensões (DE LA TAILLE, 2003). Há que se respeitar limites, o que significa respeitar o outro na sua singularidade. Há que impor limites, tanto ao outro quanto a si mesmo, o que significa fazer-se respeitado pelo outro, dar-se o respeito, aprender a dizer não. Há que se superar limites, o que significa vencer barreiras e obstáculos, ir além das próprias limitações ou das limitações do ambiente. O corolário da consciência reflexiva é, pois, a percepção dos limites entre as pessoas. O limite implica não somente o respeito ao outro, mas também dar-se o respeito (impor limites) e superar limites (aperfeiçoamento pessoal).

Se faz sentido o que estamos tentando demonstrar, podemos concluir que a conduta ética é uma função do nível de consciência do sujeito da ação. Quanto mais desenvolvida é a consciência da pessoa, maior será a sua autonomia ética, maior a compreensão da separação sujeito e objeto, maior a percepção dos limites. Quanto maior a capacidade do sujeito de ver-se separado dos outros, maior é a possibilidade de conhecer a realidade de forma objetiva, verdadeira. Enquanto misturar-se com o outro, o indivíduo vai tomar como

seu o que é do outro e vai considerar do outro o desejo que é seu. Sem a consciência de si, ele vai viver a fusão, representada como a interseção entre os dois círculos, sujeito-objeto, eu-outro. A consciência de si, em seu nível mais elevado de desenvolvimento, ao contrário, é capaz de perceber-se separada do outro, mas partícipe da mesma totalidade.

Admitida a consciência como atributo essencial da humanidade do ser, reconhecemos que a meta do ser humano, sua finalidade, é ser feliz. Como vive em grupo e depende da comunidade, pode-se dizer que, para ser feliz, é preciso fazer feliz. Quanto mais felizes aqueles com quem convive, maior a chance de a pessoa ser feliz. Fica, pois, definido que a finalidade do ser humano é ser feliz, o que inclui fazer feliz.

A saída psicológica para a crise ética

Além de buscar apoio na antropologia, a fundamentação humanista da ética encontra na psicologia uma base para se pensar a ética nos tempos modernos. Vale-se da moralidade, ou consciência moral, como uma categoria da personalidade útil e necessária para se pensar a questão ética em tempos de crise dos costumes. A moralidade diz respeito à forma como o indivíduo interpreta o dever-ser. Ao interpretar se uma ação é correta ou não, do ponto de vista ético, busca-se a razão de ser da escolha de uma determinada conduta em detrimento de outra. Ela é afetada pelo nível de desenvolvimento da consciência do sujeito e também pelo nível de consciência que ele tem dos costumes que regem a vida em sua comunidade.

Quando não há separação entre sujeito e objeto, não se pode falar em moralidade. É preciso haver um outro para que se pense a questão ética. Quando o outro sequer é reconhecido, vive-se a amoralidade. O outro não é considerado como pessoa porque não se enxerga o limite entre o “eu” e o “tu”. É como se o outro fosse uma extensão de si mesmo. Uma criança recém-nascida é amoral porque não é capaz de reconhecer o outro. Ela não tem consciência de que determinadas condutas podem trazer-lhe prejuízo ou prejudicar outras pessoas.

A partir do momento em que a moralidade se desenvolve, três níveis de moralidade podem ser identificados: infantil, adolescente e adulta. A moralidade infantil é do indivíduo que se encontra à mercê dos prêmios e castigos de natureza concreta. O indivíduo pauta a sua conduta tendo como referência uma autoridade externa à qual se submete passivamente, ou para não ser punido, ou

para ser reconhecido. É infantil porque o indivíduo delega autoridade a uma referência externa e condiciona suas condutas à interpretação pessoal do que é necessário fazer para que o outro lhe dê atenção e reconhecimento. A moralidade infantil é uma evolução em relação à amoralidade, natural no ser humano no momento do nascimento. Ela só é possível porque o indivíduo infantil vê no outro uma referência para pautar seu comportamento. Esse momento de submissão a uma autoridade é fundamental para o desenvolvimento da moralidade. Ao libertar o indivíduo da desorganização e permissividade da amoralidade, a moralidade infantil permite-lhe experimentar segurança toda vez que se sente reconhecido pela autoridade que elegeu.

Entretanto, assim que percebe que o preço a pagar por essa aparente segurança é a submissão, a passividade, a falta de liberdade, o indivíduo se revolta contra a referência que ele mesmo elegeu. Sua moralidade evolui de infantil para adolescente. Passa a lutar contra essa autoridade, valendo-se de argumentos ancorados em valores abstratos como a liberdade e a autodeterminação dos povos, para afirmar-se e demonstrar a sua independência. Nesse momento, “quer provar para todo mundo que não precisa provar nada para ninguém” – como no verso da banda Legião Urbana. Embora busque a independência e lute contra a referência externa, trata-se ainda de uma moralidade dependente, pois o indivíduo faz questão de mostrar para o outro que não depende dele. É uma contradependência, porém incapaz de romper a dependência com a autoridade externa.

A negação da autoridade à qual se submeteu é condição necessária para a construção da própria referência ética, que configura a moralidade adulta. Por meio da comparação e do discernimento, a pessoa cria um sistema próprio de valores, não mais baseado na submissão ou na revolta contra uma autoridade externa, mas calcado no consenso próprio, na autonomia, na autorregulação. A sua consciência, já reflexiva com abstração no nível da comunidade, permite-lhe ver o outro como outro, livre para não comprometer-se consigo, para não satisfazer as suas necessidades e expectativas. Nesse nível, o sujeito é capaz de estabelecer relações objetivas com o outro, sem fundir-se (confundir-se) com ele. Isso significa que o sujeito é capaz de se ver separado dos demais. Assim, busca compreender o sentido dos costumes do seu grupo e questiona as normas tradicionais, não por simples revolta contra a moralidade imposta, mas pela capacidade de pensar por si mesmo. Nesse nível de moralidade, a pessoa vai além das convenções, pois reconhece que a humanidade do

ser está acima dos padrões socialmente estabelecidos. Como se percebe partícipe de uma totalidade, na qual convive com os seus semelhantes, a pessoa autônoma considera, em suas condutas, o bem comum, pois sabe da importância do bem-estar do próximo para a sua própria felicidade.

A classificação da moralidade nos níveis infantil, adolescente e adulto, e o conhecimento da amoralidade, designada pela psiquiatria como psicopatia, constituem uma chave psicológica para a leitura da questão ética. Conforme o nível de moralidade de cada um, a escolha de uma conduta e o seu julgamento ético podem ser completamente diferentes. Se uma pessoa evolui, deixando a moralidade adolescente e passando à adulta, o seu modo de agir, de julgar a realidade, de interpretar o dever-ser também vai modificar-se. Ocorre, assim, a relativização da realidade, que assume configurações diferentes, não em razão da sua mudança, mas por causa da (re)simbolização que o indivíduo faz dela, processo esse que se dá no interior do sujeito.

Considerações finais

Procuramos demonstrar que a crise do conceito de verdade como adequação entre idéia e realidade, advinda da constatação de que do real só conhecemos o fenômeno, está na origem da crise moral. Se a ética tem por finalidade a felicidade humana e se o conhecimento da verdade é o caminho para ser feliz, então a dúvida em relação à possibilidade de conhecimento da verdade coloca em questão a possibilidade de ser feliz, e, conseqüentemente, a possibilidade de realização ética. Perde-se uma referência objetiva para a ética, que se torna subjetiva, relativa. Valorizam-se agora a autonomia, a responsabilidade e a liberdade individual. A moral (os costumes), ao deixar de ser fundamento para a ética, promove a crise que propiciou colocar o sujeito no centro da reflexão ética. Tendo em vista a necessidade de evitar o relativismo decorrente da afirmação da subjetividade, procuramos clarificar que o ser humano é a razão de ser da ética e buscamos na antropologia filosófica a essência e a finalidade humanas. Sua essência, que o distingue dos outros animais, é a consciência de si. Sua finalidade é a felicidade, a auto-realização.

À medida que o ser humano se desenvolve, sua compreensão dos limites entre o seu interior e o mundo externo permite-lhe respeitar-se, dar-se o respeito e respeitar os outros. O uso do ser humano como objeto, como mero veículo de satisfação pessoal só é possível àquele que é incapaz de ver o outro com a humanidade que lhe cabe. A atitude antiética representa, do ponto de

vista racional, a incapacidade do ser humano de se ver separado do outro e, também, de perceber que o outro faz parte da mesma totalidade na qual ele próprio está inserido. A atitude ética, por sua vez, exige que a pessoa compreenda que é separada do outro, apesar da interdependência da relação. Para aprimorar a sua faculdade ética, o ser humano precisa desenvolver a sua consciência, criar a sua autonomia e fazer-se pai e mãe de si mesmo, suspendendo todo e qualquer juízo de autoridade a terceiros.

Se a felicidade humana é a finalidade da ética, pode-se dizer que, para realizá-la, é importante que o ser humano não se prejudique, não prejudique o outro e não se deixe prejudicar. A compreensão do limite em sua tríplice dimensão é fundamental para possibilitar esse mister. Para não se prejudicar, é preciso que a pessoa se imponha limites, isto é, que discipline o seu viver, controlando suas motivações a partir de uma filosofia de vida cada vez mais integrada. Também é necessário que a pessoa ultrapasse limites, promova o seu aperfeiçoamento pessoal e supere as suas limitações. Para não prejudicar o outro, é necessário que a pessoa respeite limites e seja capaz de ver o outro como outro e não como uma extensão do seu desejo. Tal percepção exige que o sujeito aperfeiçoe a sua forma de comunicar-se como condição para estabelecer o comércio com o mundo, em busca da satisfação das suas necessidades. Para não deixar que o outro a prejudique, a pessoa precisa impor limites, o que significa ter amor a si mesmo e coragem para dizer não. Enfim, a ética parece ter uma relação estreita com a compreensão dos limites. Somente o desenvolvimento da consciência de si, a percepção da própria interioridade, permite a óbvia constatação de que o outro é outro, separado do sujeito.

Quanto à dificuldade de se discernir a verdade, cujo conhecimento e aceitação é caminho para a vida feliz, deparamos com uma interessante questão: se a verdade não pode ser conhecida, como então pode o ser humano ser feliz? Duas alternativas se apresentam como resposta. A primeira indica que a felicidade são momentos em que o sujeito pensa que a sua idéia da realidade coincide com a realidade. Uma pessoa é feliz enquanto o seu modelo de realidade funciona, e é despertada para o sofrimento quando percebe que o seu modelo não corresponde à realidade, isto é, quando percebe que estava de posse não de um conhecimento verdadeiro, mas de uma ilusão. Por esse caminho, poderíamos pensar que a felicidade é um momento de ilusão que dura enquanto não é quebrada pelo choque de realidade? Nesse caso, o sofrimento psíquico seria decorrente de alguma ignorância do sujeito, ignorância

que vem à tona quando o seu modelo se mostra insuficiente para dar conta da realidade. Daí podemos deduzir que, se o modelo fosse suficiente, a pessoa teria mais chances de ser feliz. Nesse sentido, o sofrimento constitui oportunidade ímpar de aprendizagem, pois oferece condições para que o sujeito construa um modelo mais completo de realidade.

A segunda alternativa para o problema sugere que, para ser feliz, é necessário aceitar que a verdade não é possível de ser conhecida. A chave para a aceitação do mistério da vida seria, assim, a aceitação do mistério da vida. Se a realidade em si é mistério e se a realidade é um dos termos da equação da verdade, logo a verdade também é mistério. Se a verdade é mistério e se a verdade é caminho para a felicidade, logo a felicidade vai depender da capacidade de aceitação do mistério. Nesses termos, a felicidade exigiria o reconhecimento de que o ser humano é um ser finito, incapaz de conhecer a verdade em sua plenitude. Em outras palavras, a felicidade exige da pessoa a aceitação de que não tem resposta para o mistério da existência do mundo e da sua existência no mundo. A felicidade assume, então, uma dimensão religiosa, no sentido de religião com o mistério do mundo. Ora, se a vida é mistério, só nos resta celebrá-lo em cada momento, seja de alegria, seja de tristeza, seja de vida, seja de perda ou morte. A celebração do mistério é a valorização das pequenas coisas, dos momentos simples da vida cotidiana, tornados célebres em função da gratuidade da vida. Momentos de morte e luto são oportunidades de reflexão sobre o sentido, uma vez que nos demonstram a fragilidade da vida. Aceitar o mistério nos momentos difíceis de enfermidade e morte não é o mesmo que conformar-se, mas é reconhecer a realidade.

Talvez tenha sido imbuído do espírito de mistério que Sócrates disse: “Só sei que nada sei”. Somente a partir dessa humildade cognitiva, desse reconhecimento de que a vida transcende a nossa capacidade de conhecê-la, poderemos dar sentido à busca do conhecimento, almejando, com abertura de paradigma, atualizar cada momento e viver plenamente cada instante, com integridade e integralmente.

Abstract

The two key words of this essay are the two nouns that compose its title: ethics and happiness. Those terms are linked by the fact that happiness is the aim of ethics. Starting from the two dimensions of ethics, the individual and the social, the essay attempts to delineate the process of displacement of the ethical focus from the scope of social habits to that of the subject, which characterizes the moral crisis in today's world. As an alternative to avoid the relativization of ethics, one appeals to a humanist ethics, based on the assumptions of philosophical anthropology and psychology. The development of self-awareness and the levels of morality are the constructs used when one considers ethics focusing on the subject. As happiness takes place only in the individual, the way he/she constructs a pattern of reality and deals with the mystery of life determines his/her capacity to be happy, even without being certain that his/her knowledge is an accurate representation of reality.

Key words: Ethics; Happiness.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BRASIL, M. A. S. *Da psicoterapia analítico-fenomenológico-existencial*. Belo Horizonte: Cepafe, 2002.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- DE LA TAILLE, Yves. *Limites: três dimensões educacionais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- PENA, R. P. M. *Ética e felicidade*. 6. ed. Belo Horizonte: Fead, 2000.
- PENA, R. P. M. Verdade e felicidade: é possível ser feliz? In: _____. *A ciência como jogo e outros ensaios sobre ética e filosofia da ciência*. Belo Horizonte: C/Arte; Fumec, 2003.

